



O que está sendo feito?

1. Nota técnica traz diretrizes para a defesa do direito à educação no contexto da pandemia



Em nota técnica divulgada nessa segunda-feira (1º), a Comissão Permanente de Educação (Copeduc), vinculada ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPGE), define orientações para a atuação do Ministério Público brasileiro na defesa do direito à educação, no contexto da pandemia da covid-19. Segundo o documento, os esforços dos membros devem

estar centrados não em demandas judiciais, mas na perspectiva proativa e resolutiva da conciliação e da atuação extraprocessual, a fim de reduzir os impactos aos estudantes e às famílias, em especial àqueles em situação de vulnerabilidade social. Com assento na Comissão, o Ministério Público Federal (MPF) é representado pela procuradora da República Maria Cristina Manella, por indicação da Câmara de Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos do MPF (1CCR/MPF).

As diretrizes da nota técnica abrangem desde a educação infantil até o ensino superior, considerando as peculiaridades de cada fase escolar. O documento reúne orientações voltadas tanto à manutenção do ensino, em especial por meio de tecnologias e ferramentas que permitam a continuidade das atividades escolares, quanto para a retomada das práticas pedagógicas presenciais após o término da quarentena. [Leia mais.](#)



2. MPT consegue mais destinações para o combate à pandemia

O Ministério Público do Trabalho em Goiás e a Justiça do Trabalho reverteram R\$ 446 mil para a Organização das Voluntárias de Goiás (OVG). O valor será usado na compra de cestas básicas, máscaras de proteção individual, álcool em gel, entre outros itens, para pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica no estado. Desde o início da pandemia, o MPT em Goiás e a Justiça do Trabalho já destinaram cerca de R\$ 5,7 milhões para ações de combate ao vírus. Somente para a OVG foram aproximadamente R\$ 874 mil. [Leia mais.](#)

Já em Minas Gerais, o MPT obteve junto à Justiça Trabalho a destinação de R\$ 82 mil para o município de Governador Valadares. O recurso será utilizado para auxiliar no custeio de ação de abrigamento voluntário e temporário, em tempo integral, de moradores em situação de rua, durante a pandemia da covid-19. [Leia mais.](#)

3. MPF acompanha uso de verbas federais no combate à covid-19 em Passo Fundo (RS)

O Ministério Público Federal (MPF) instaurou procedimento preparatório com o objetivo de verificar de que forma serão utilizados os recursos enviados pelo governo federal ao município de Passo Fundo (RS) para as ações de combate ao novo coronavírus. De acordo com informações compartilhadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), extraídas de site contendo todos os dados orçamentários e financeiros de rubricas ligadas ao combate da doença, o governo federal repassou a Passo Fundo R\$ 1,5 milhão, oriundo do Fundo Nacional da Saúde (FNS). O MPF requisitou informações ao município, para esclarecer se foi recebido o valor integral e, em caso positivo, de que forma foi utilizado, indicando os materiais e equipamentos comprados e eventuais serviços contratados. A instauração de procedimentos para acompanhar os gastos relativos à pandemia segue recomendação do Giac. [Leia mais.](#)



4. MPSP recomenda adequações no transporte público nas periferias da capital paulista

O Ministério Público do Estado de São Paulo emitiu recomendação para que o transporte público nas periferias da capital paulista passe por adequações para atender a população durante a pandemia do novo coronavírus. O documento cobra medidas para que os moradores de regiões distantes de unidades hospitalares tenham maior facilidade no acesso aos serviços de saúde, principalmente de UTI. Na recomendação, o MPSP apresenta dados indicando que pandemia atinge de forma mais grave as regiões periféricas, favelas e assentamentos precários, que lideram os números de casos e de mortes na cidade. Os 20 bairros com mais mortes por covid-19 estão nos extremos de São Paulo, locais em que o acesso a hospitais e leitos de UTI é mais difícil [Leia mais](#).

5. Recomendação conjunta alerta para colapso do sistema de saúde em Governador Valadares

Uma recomendação conjunta alerta a população do município de Governador Valadares, na Região Leste de Minas, de que o sistema de saúde local não está suficientemente preparado para enfrentar a covid-19. Assinado pelo MPT, MPF e Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), o texto informa que a cidade conta, atualmente, com apenas 18 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) exclusivos para o novo coronavírus em um hospital municipal.

O documento também enfatiza que o município dispõe de outros 68 leitos de UTI públicos e particulares não exclusivos para o tratamento de pacientes com covid-19. Os leitos atendem toda a população da macrorregião de Governador Valadares, formada por 51 municípios, com população superior a 700 mil habitantes. [Leia mais](#).